

3 – África

uma história a ser reescrita

Jorge Euzébio Assumpção

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

ASSUMPTÃO, JE. África: uma história a ser reescrita. In: MACEDO, JR., org. *Desvendando a história da África* [online]. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008. Diversidades series, pp. 29-43. ISBN 978-85-386-0383-2. Available from: doi: [10.7476/9788538603832](https://doi.org/10.7476/9788538603832). Also available in ePUB from: <http://books.scielo.org/id/yf4cf/epub/macedo-9788538603832.epub>.



All the contents of this work, except where otherwise noted, is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International license](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo o conteúdo deste trabalho, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença [Creative Commons Atribuição 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Todo el contenido de esta obra, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia [Creative Commons Reconocimiento 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

ÁFRICA: UMA HISTÓRIA A SER REESCRITA

Jorge Euzébio Assumpção

A História da África é tão antiga quanto à da humanidade, mas somente nos últimos tempos começou a ser difundida no mundo acadêmico brasileiro. A academia, em sua grande maioria comprometida com o eurocentrismo histórico, pouca atenção prestava sobre o continente negro, a não ser a partir do momento em que esse entrou no contexto europeu, com exceção, salvo engano, do Egito, que, de maneira geral, não é tratado como um Estado da África, mas como pertencente à “História do Mediterrâneo”, na qual se confundiria com outros povos antigos como os gregos ou os romanos, no que fica desfocado do continente no qual está localizado.

Por muito tempo, alegou-se a falta de estudos sobre a África, devido à ausência de uma literatura escrita em português, o que em parte é verdade, pois a maioria dos escritos africanos provém do árabe e francês. Mas também é verdadeiro que a falta de tradução desses escritos é ocasionada devido ao pouco interesse do tema por parte da intelectualidade brasileira. Essa preferia ficar bebendo das fontes racistas européias produzidas, principalmente, a partir do século XIX, quando a classe intelectual como Gobineau escreveu o *Ensaio sobre a desigualdade das raças humanas* (1855) – trabalho sobre eugenia e racismo que embasou todo um pensamento de origem racista, o qual se difundiu e ainda perpetua, em parte, até os dias de hoje.

As doutrinas de superioridade entre os povos elaboradas no “Velho Mundo” encontraram um campo fértil junto à intelectualidade brasileira, que conviveu com o trabalho escravo até quase o final do século XIX. O reflexo desse pensamento pode ser espelhado nas

obras de autores como Nina Rodrigues e Oliveira Viana, entre outros pensadores que influenciaram o pensamento intelectual através de suas obras discriminatórias e preconceituosas, as quais vão se refletir na visão estereotipada sobre o negro brasileiro, assim como sobre o continente africano.

O racismo “científico”, elaborado na Europa, tornou-se uma ideologia que foi usada de maneira estratégica para a dominação do continente africano. Dessa forma, a pigmentação da pele passou a ser utilizada como sendo algo determinante nas relações de dominação, nas quais caberia aos arianos, que seriam os verdadeiros brancos, o papel de senhores dos demais continentes.

Nesse contexto de segregação e estereótipos, o continente negro foi saqueado tanto de suas riquezas naturais como também de seres humanos, reduzidos à escravidão. A dominação do solo africano foi respaldada por uma teoria racista que possui atrás de si interesses políticos e ideológicos europeus, os quais conseguiram assim justificar seus atos de violência contra os povos negros. Como afirma Hegel, citado por Leila Hernandes:

O negro representa o homem natural em toda a sua barbárie e violência; para compreendê-lo, devemos esquecer todas as representações européias. Devemos esquecer Deus e a lei moral. Para compreendê-lo exatamente, devemos abstrair de todo o respeito e moralidade, de todo o sentimento. Tudo isso está no homem em seu estado bruto, em cujo caráter nada se encontra que pareça humano [...] (Hernandes, 2005, p. 21).

O que equivale dizer que caberia aos europeus civilizar aqueles que estão em estado de inferioridade. Justificando-se assim todas suas ações, os genocídios e as hecatombes praticados pelos conquistadores não foram considerados como tal, mas, sim, como atos necessários diante de uma missão maior, a de difundir os valores ocidentais aos “bárbaros”. Sobre o assunto, escreveu Antônio Olímpio Sant’Ana:

Em 1835, Arthur de Gobineau produziu um conhecido tratado denominado Ensaio sobre a Desigualdade das Raças Humanas: Raças Branca, Amarela e Negra. O que caracterizava o seu ensaio era a divisão que fazia da raça branca. Esta, segundo Gobineau, tinha três subgrupos: os arianos, que são os verdadeiros brancos criadores da civilização, os albinos, de origem mon-

gólica, e os mediterrâneos, de origem africana. Sustentava que se o poder permanecesse nas mãos dos albinos e mediterrâneos, a humanidade voltaria à barbárie. Gobineau desejava provar com o seu ensaio que a nobreza européia era ariana, descendente dos nórdicos. Ele via diferenças sobre os demais brancos, que ele julgava pertencerem a setores inferiores. Portanto, racismo de classe, que justifica a posição de privilégio de uns sobre os outros. (Citado em Munanga, 2000, p. 47).

Entretanto, se abandonarmos essa visão preconceituosa e nos debruçarmos sobre a história dos povos africanos, veremos uma outra realidade bem diferente das teorias formuladas por grande parte dos pensadores europeus.

África

O continente africano freqüentemente é dividido em duas partes: a “África branca” e a “África negra”. Alguns autores, para separar o continente, tomam por base o deserto do Saara, segundo maior deserto do mundo (sendo ultrapassado somente pela Antártida), localizado ao norte do continente. Salvo melhor juízo, apresenta uma área total de 9.065.000 km², possui um território um pouco menor que a Europa, aproximadamente 10.400.000 km². No norte da África, também conhecido como “África branca”, estão situados o Egito, a Líbia, o Marrocos, a Argélia, a Tunísia e o Saara Ocidental, sendo esse último ocupado pelo Marrocos.

Essa região, devido às características mencionadas anteriormente, é freqüentemente incluída nas definições do Oriente Médio ou do Mediterrâneo, como salienta Hegel: “A África Setentrional apresenta-se ligada ao mediterrâneo e pode dizer-se que esta parte não pertence propriamente à África senão à Espanha, com a qual forma uma concha”.

Nas palavras de Hegel, pode-se muito bem perceber a tendência de dividir a África em dois grupos: um civilizado, que propriamente não pertenceria ao continente, e o outro “bárbaro”, ligado ao continente selvagem. Sobre o assunto, Leila Hernandez, baseada na visão do pensador que escreveu sobre a historicidade africana, diz: “Para

Hegel, a História seria própria do Velho Mundo, excluindo assim o africano subsaariano, assim como por não admitir aos negros uma autonomia para constituir sua própria história”.

Percebe-se assim que a divisão geopolítica entre “África branca” e “África negra” nada mais é do que uma classificação racista e ideológica sobre o continente, em que se tenta classificar o território entre a parte que deu certo e que possui uma História (essa estaria ligada ao Mediterrâneo), e a subsaariana, sendo possuidora das características “bárbaras”, sem condições de produzir sua própria história, e que seria a verdadeira “África negra”.

As afirmações de Hegel e de outros longe estão da verdade histórica. Mesmo antes do contato direto com os europeus, povos africanos subsaarianos já apresentavam uma organização social, com certo grau de desenvolvimento tecnológico, superando algumas vezes certas regiões européias.

Nos estudos africanos, vemos com frequência a divisão dos povos negróides (aqueles que não pertencem à “África branca”) em dois grandes grupos: os sudaneses e os bantos.

SUDANESES: povos que habitam a região intertropical africana, entre os desertos do Saara e o Atlântico (Golfo da Guiné), compreendendo o Tchad, o Níger, o Sudão, etc., e as regiões na Costa do Golfo: Nigéria, Daomei¹ (atual República Popular do Benin), Togo, Gana (antiga Costa do Ouro), Costa do Marfim, estendendo-se até a Libéria, Serra Leoa, Guiné, Senegal. Grupos de escravos vindos dessas regiões, sendo em maior quantidade os Iorubás (Nagô), os Hauçás (Maometanos), da Nigéria, os denominados Jeje, do Daomei, os Fanti-axanti (Minas), da Costa do Ouro. Indivíduos vindos destas regiões.

BANTOS: Grupo lingüístico compreendendo milhões de africanos, com inúmeras línguas e quase trezentos dialetos, que se estende por aproximadamente dois terços da África Negra, desde o Camerum até o sul. Inclui Angola e Congo, de onde nos veio a maioria dos escravos desse grupo e cujas línguas, quimbundo e quicongo, entre outras, são as que mais termos deixaram em nossa linguagem atual (Cacciatore, 1988).

¹ Na Língua Portuguesa, esse termo costuma ser grafado como ‘Daomé’.

Embora essa denominação venha sendo questionada por alguns, ainda é a mais usual quando se trata de “ordenar” os africanos. Utilizando-se dessa sistemática classificação, abordaremos as principais formações sociais africanas no sentido oposto ao de Hegel, tentando demonstrar a historicidade existente na África subsaariana, ou, como queiram ainda, África negra.

Salvo engano, são os sudaneses que apresentam os Estados mais bem estruturados, através de Gana, Mali e Songai. Embora esses sejam os mais conhecidos, não podemos incorrer no uso de apenas destacar os três, pois junto com os mesmos tivemos vários outros, talvez não tão bem estudados, mas também influentes no mundo africano.

Gana, o País do Ouro

Gana, assim como os impérios que o sucederam, localizava-se no Sudão Ocidental. Esse foi o primeiro grande Estado africano ao norte do Equador. Localizava-se aproximadamente entre os atuais estados de Mali e Mauritânia, possui o ouro como sua principal fonte de riqueza. Logo virou objeto da cobiça por parte dos árabes que o trocavam por tecidos, cobre e sal, entre outros. Além das trocas comerciais, Gana era um campo fértil para a expansão do islamismo, religião adotada por vários dirigentes, convertidos pela fé, ou por interesses comerciais.

Esse país africano veio a se tornar fundamental para as pretensões comerciais expansionistas de outros povos, tornando-se o principal fornecedor de ouro do mundo mediterrâneo. Sobre o assunto, diz o cronista muçulmano al-Yakubi: “O rei de Gana é um grande rei. No seu território encontram-se minas de ouro e detém sob sua dominação um grande número de reinos” (Citado em Ki-Zerbo, s.d).

Gana era um título utilizado pelo chefe do reino e significava “senhor da guerra”. Como tal, o governante recebia tributação pela extração e pelo comércio do minério. Gana era um Estado tributá-

rio, ou seja, cobrava tributos sobre as mercadorias que passavam por seu território. Sua capital chamava-se Kumbi Saleh. Para proteger seus domínios, havia um poderoso exército que impunha um controle das rotas comerciais, o que lhes permitia vultosos ganhos.

Segundo Mário Maestri, o modo de produção utilizado por essas comunidades do Sudão Ocidental era o de linhagem ou doméstico, organizado em torno de comunidades familiares ou aldeias. A posse da terra era coletiva, podia ser explorada coletiva ou individualmente. Além da mineração, exercitavam a caça, a pesca e a coleta. Possuíam uma incipiente divisão do trabalho: pastores, ferreiros, mercadores e outras profissões semi-especializadas.

Gana sofreu uma considerável influência islâmica, principalmente por parte de seu grupo governante urbano, pois, ao que parece, existia certa desigualdade social entre os habitantes da Capital e os moradores rurais. Enquanto a capital do reino era descrita como uma grande cidade, com casas reais construídas de pedras, cercadas por muralhas, as moradias destinadas aos componentes não-governantes ou comerciantes eram cabanas de barro com tetos redondos. Destaque também é dado aos negociantes arabizados que viviam à parte, em outra cidade um pouco afastada, com “bazares, plantações irrigadas e nada menos de que 12 mesquitas em plena atividade cultural e religiosa”. O primeiro grande Estado tributário sudanês irá sucumbir no século XIII, diante de uma força maior – o reino de Mali. Ainda sobre Gana, nos diz Mário Maestri:

Hipóteses estapafúrdias foram levantadas pelos primeiros historiadores ocidentais que se interessaram pelo Estado negro. Ventilou-se a possibilidade de que sua fundação fosse obra de judeus sírios fugidos de perseguições romanas na Cirenaica (região da atual Líbia), no séc II dC. As origens do reino são mais simples e menos fantasiosas. (Maestri, 1988, p. 15).

Essa não foi a única vez que historiadores ocidentais tentam desqualificar a história africana, atribuindo seus feitos a europeus ou a não-negros, em uma nítida demonstração de racismo historiográfico. Outras versões nesse mesmo sentido foram levantadas por pesquisadores

ocidentais. Basil Davidson estima que Gana teria possuído uma população de aproximadamente um milhão de habitantes, o que, sem sombra de dúvidas, demonstra sua pujança e esplendor (Davison, 1996)

Entretanto, após sucessivos ataques por parte dos almorávidas² do Magreb, os quais eram muçulmanos e procuravam expandir o Islã abaixo do Saara, Gana acabou sucumbindo e sua capital foi tomada e saqueada por volta de 1076. Dez anos depois, o reino conseguiu recuperar sua independência, porém não logrou reabilitar seu prestígio. As caravanas passaram a se desviar das rotas ganenses e optaram por Tombuctu, Gao e Djenne. Era a decadência do primeiro grande império negro sudanês.

A queda do Império de Gana causou um vazio de poder que deveria ser ocupado. Os almorávidas fracassaram nessa missão, pois não falharam na tentativa de controlar as rotas comerciais. Nesse período de transição, ganhou destaque no Sudão a figura de Diarda Kanté, guerreiro de um clã animista e adversário do Islã. Ele tomou as cidades de Kumbi Saleh, Dyara, o Bakumu e o Bumbu. Entretanto, não conseguiu ocupar as jazidas de ouro.

O Império do Mali

Não se sabe as origens do Mali, sucessor de Gana, um dos mais conhecidos e admirados dentre os Estados antigos africanos. Esse superou em muito a magnificência e o poder de seu antecessor – Gana.

O Império do Mali começou a se estruturar sob a liderança de Sundjata Keita (1230-1255). Senhor absoluto da situação após ter vencido seus inimigos, dividiu em províncias seu império, nomeou governantes e submeteu a uma espécie de servidão os povos que o

² Nome dado aos integrantes de um movimento político-religioso muçulmano, cujos primeiros adeptos viviam no Saara Meridional, liderado por Iusef Ibn Tashufin, que tomou o poder no Magreb, constituindo um vasto império territorial. Em 1086, cruzando o Estreito de Gibraltar, os almorávidas adentraram nos territórios al-Andaluz, ao sul da atual Europa.

havam combatido. Com ele, os Keita fundaram o Império do Mali. O governo de Sundjata foi de tal forma marcante que até os dias de hoje ele é reverenciado através de oferendas, como rezam antigos costumes da tradição africana.

O sucessor de Sundjata foi seu filho, Mansa Uli. Conforme nos explica o africanista brasileiro Alberto da Costa e Silva, *mansa* era um título usado pelos governantes locais: “Cada um desses chefes continuou a exercer o governo local, mas todos cederam o título de mansa – ou Mandimansa – a quem na guerra os comandara” (Costa e Silva, 1992, p. 291). Depois de *Mansa Uli*, essa designação passou a ser usada por todos os demais, que chefiaram o Império.

Salvo melhor juízo, Uli, assim como seu pai, fora convertido ao islamismo, não se sabe se por fé ou por senso de oportunidade. Isso vale também para outros governantes do império. Todavia, o mesmo não se deu com as populações dos territórios sob sua jurisdição, as quais continuaram a praticar suas crenças animistas. A conversão ao islamismo por parte do governante não significa deixar as crenças nativas de lado. Em muitos casos, parece ter sido a conversão ao Islã uma estratégia política utilizada pelo governante para, talvez, poder usufruir de certas vantagens. Em muitos casos, esses abraçavam a fé em Alá, mas continuavam a praticar suas crenças locais, sem o mínimo embaraço. Sobre isso, a opinião de Alberto da Costa e Silva é a seguinte:

A viagem à Meca de Mansa Uli pode ter-lhe sido ditada por exigência de uma profunda fé. Ou ter sido mero expediente político, para estabelecer melhor diálogo com os Estados muçulmanos do outro lado do Saara e para ampliar seu prestígio entre os islamitas do Mali. E não só entre estes, pois tanto os maometanos quanto os pagãos acreditavam que a estada em Meca fortalecia o baraca, o poder propiciatório do rei, sua capacidade de influir favoravelmente sobre a terra e sobre o clima, sobre as colheitas e sobre o gado, sobre a fertilidade das mulheres e o bem-estar do povo. (Costa e Silva, 1992, p. 293).

Foi durante o Império do Mali que Djénne e Tombuctu começaram a emergir como prósperas cidades comerciais. Sobre Tombuctu, diz Maestri:

Centro cultural Tombuctu, que procurou a proteção dos senhores de Mali, transformou-se em um dos principais centros comerciais do Sudão Ocidental. Nos fins do séc. XVI, possuía em torno de 25 mil habitantes, 26 alfaiatarias, com até 200 aprendizes cada uma, e nada menos do que 150 escolas alcoranistas. Basil Davidson, em *Revelando a Velha África*, registrou a referência de Leon, o Africano, a Tombuctu: ‘Em Tombuctu, há muitos juízes, médicos e letrados, e todos recebem bons estípedios do rei, que tem grande respeito pelos homens de saber. Livros manuscritos têm ali grande procura e são importados da Barbaria. O comércio livreiro é aí mais lucrativo que qualquer outra espécie de negócio’. (Maestri, 1988, p. 29).

Tombuctu foi centro de um comércio internacional, onde tudo era negociado – sal, escravos, marfim, etc. Havia também um grande comércio de livros de História, Medicina, Astronomia e Matemática, bem como uma grande concentração de estudantes. A importância cultural de Tombuctu pode ser percebida através de um velho provérbio africano: “O sal vem do norte, o ouro vem do sul, mas as palavras de Deus e os tesouros da sabedoria vêm de Tombuctu”. A prosperidade, a pujança e a riqueza do Mali ficam ainda mais evidenciadas durante o reinado de Mansa Kanku Mussa (1307-1332). O erudito egípcio al-Umari registra que, quando de sua ida à Meca, local de peregrinação muçulmana, teria levado consigo cerca de 8 mil cortesãos, guerreiros e servos, como também de 10 a 12 toneladas de ouro. Já em Meca, comprou casas e terrenos, distribuiu esmolas e presentes. De volta ao Mali, trouxe consigo letrados comerciantes e religiosos. Kanku Mussa falava e escrevia em árabe.

A viagem do Mansa Musa foi cantada em prosa e versos por décadas seguintes, tal foi a sua suntuosidade. Porém, essa demonstração de poder e riqueza não deixara de trazer consequências negativas, pois, a partir da mesma, os povos africanos começaram com maior intensidade a ser alvos da cobiça européia. Por volta do século XV, principiara a decadência do Mali, quando, dentre outros motivos, foi atacada pelos tuaregues (povo nômade do deserto do Saara). O Estado do Mali passou a ser dividido, desde então, em vários pequenos reinos.

O Império Songai

Foi o último, mas o mais poderoso dos Estados tributários sudaneses, alcançando grande opulência e poder. O seu território expandiu-se desde Mali até a atual Nigéria. Teve grande importância também como propagadora da cultura islâmica.

As populações songais são divididas em dois grandes grupos: os *sorkos*, que praticavam a pesca, e os *goms*, caçadores. A principal cidade de Songai era Gao, local de encontro das principais rotas saarianas. A cidade era habitada por negociantes. O Rio Níger, principal via fluvial da região, servia como meio de transporte e comércio, principalmente de sal.

A origem do Império Songai está envolta em lenda. A História registra que Gao foi conquistada pelo Império do Mali, libertando-se em 1337 por dois príncipes songais. Gao havia se tornado capital por Dia Kossoy, décimo-quinto rei de sua dinastia, o mesmo foi o primeiro rei ao converter-se ao islamismo em 1009. No século XIV, Gao se igualava em importância com a capital do Mali.

Os governantes songais recebiam a denominação de *soni*. Em 1464, tendo sua influência cada vez maior na região, um deles, conhecido como Sonni Ali, o Grande (1464-1493), impôs a derrota ao Império do Mali. Ali, não se mostrou somente um grande general, mas também um notável administrador. Após ter assegurado sua vitória militar, dedicou-se também à administração de seus novos domínios. Para tanto, mandou construir canais de irrigação e embarcações para controlar e aprimorar o comércio. Vale registrar que Ali era adversário dos muçulmanos.

Após a morte de Sonni Ali, seu herdeiro perdeu o poder para Mohammed, de origem soninquê, que se aliou ao partido muçulmano. Durante o reinado de Mohammed, Songai conheceu todo o seu poder. O império foi dividido em quatro vice-reinados. Mohammed tomou medidas unificadoras quanto aos pesos e medidas, regulamentou a arrecadação de impostos e formou um exército regular composto por “escravos e prisioneiros”.

O poder de Songai se deu através da força, submetendo o antigo reino do Mali, alguns Estados hauçás, entre outros. Mediante a animosidade e a nova conjuntura, o Império Songai começa a se desintegrar nas mãos do sucessor de Mohammed.

Vale a pena destacar a educação em Songai, pois já no século XII existiam cerca de 25.000 estudantes em Tombuctu para uma população de aproximadamente 100.000 pessoas. O progresso e a prosperidade desta região deram-se até o século XVI, quando, por vários motivos, começou a entrar em decadência.

A população e a magnificência de Gao demonstraram que os Estados africanos não precisaram dos reinos europeus para alcançar uma formação social organizada, em alguns aspectos em posição superior a alguns povos europeus.

Entretanto, não podemos ficar na ilusão de que no continente negro existiram somente os três grandes Estados apresentados. Além desses, podemos destacar as cidades-Estados Hauçás, os reinos do Golfo da Guiné – Benin, Oió, Abomei –, a Confederação Achânti, as comunidades iorubás, entre outros.

Os Povos Bantos

Por fim, resta ainda abordarmos algo a respeito dos povos comumente chamados de bantos, dentre os quais podemos destacar os reinos do Congo, Mdongo, assim como o Monomotapa, dentre outros. Essas nações conheciam uma agricultura com base na metalurgia do ferro. Sobre a ciência e a arte de construir estruturas metálicas, diz Maestri:

A metalurgia do ferro permitiu que os povos bantus assentassem suas civilizações sobre uma economia fundamentalmente agrícola, onde os instrumentos simples de ferro e a produção de cereais desempenhavam um papel essencial. Esta metalurgia ligeira, que supria as necessidades fundamentais da população, manteve-se sem maiores modificações até os tempos coloniais. As técnicas metalúrgicas africanas, importadas junto com os passageiros dos tumbeiros transatlânticos, foram, por muitos anos, a base da metalurgia do Brasil escravista (Maestri, 1988, p. 100).

Também foi entre os bantos que na era escravista teremos uma das figuras africanas de maior destaque – a rainha Nzinga Mbundi, do reino do Ndongo.

Um dos mais destacados e importantes “impérios” bantos talvez tenha sido o Congo. Foi fundado provavelmente por Ntinu-Wene, chefe Kicongo. Sua capital localizava-se em Mbanza Congo, atual São Salvador, em Angola. O governante do Congo possuía o título de manicongo, que significa “Senhor do Congo”. A ele cabia nomear os governadores das províncias, e esses juntavam aos seus nomes o título de manicongo.

Os reinos do Congo e de Ndongo apresentavam uma economia de subsistência, baseada na agricultura, com o desenvolvimento de práticas agrícolas complexas. Essas atividades estavam alicerçadas na mão-de-obra feminina. Produziam objetos de ferro e cobre de alta qualidade, como também de marfim. Criavam galinhas, cachorros e cabritos. A moeda de circulação no território era o *nzimbo*, uma espécie de caramujo. O comércio do sal era monopólio do manicongo. Em 1482, Diego Cão aportou no Rio Zaire, dando início à conquista da região.

No começo do século XVI, havia duas facções no império: uma favorável aos portugueses, liderada por Afonso I (1509-1540), que adotou o cristianismo, e outra contrária, encabeçada por seu irmão, Mpanzu a Katima, que era abertamente antilusitano e pagão. O primeiro se saiu vitorioso da disputa e iniciou a evangelização da terra, em aliança com os lusos.

Essa união levou o reino a participar do comércio negreiro. E, aos poucos, o manicongo começou a perder o poder para os traficantes a serviço dos reis portugueses. Todavia, a submissão não pode ser atribuída a todos os manicongos, pois alguns resistiram a este domínio, como foi o caso de Antônio I, que enfrentou, em 1665, tropas européias. Entretanto, o mesmo foi derrotado, aprisionado e decapitado. Essa derrota levou a uma divisão do Congo em três reinos, e o mergulhou na desordem.

O reino Ndongo, salvo engano, foi fundado no início do século XVI, por um chefe quimbundo. A autoridade máxima do reino denominava-se de ngola. Esses permaneceram sob o domínio dos manicongos até 1556, quando, com o apoio de alguns portugueses, derrotaram-nos. De sua capital, Cabassa, o ngola vencedor, Inene, mandou uma embaixada a Portugal a fim de estabelecer uma política de aliança diretamente com a Coroa, sem intermediários.

Mas a relação entre os lusos e os ndongos não foi pacífica. Ela também enfrentou a resistência de alguns ngolas, os quais se sentiam ameaçados diante da presença e dos interesses dos lusos em sua região. Com o apoio do manicongo, os europeus entraram em conflito armado com o senhor do Ndongo em uma sangrenta guerra.

As tratativas de paz com os portugueses foram realizadas já no século XVII, sob a liderança de Nzinga Mbundi, a rainha Ginga. Como esta detinha grande prestígio entre os seus, tornou-se soberana após romper as regras de sucessão ao trono Ndongo. Usando de diplomacia e artimanhas, não hesitou ao converter-se ao catolicismo para alcançar seus objetivos, obtendo grandes vantagens na mesa de negociação com os portugueses. Nzinga foi uma figura marcante no Ndongo, e hoje serve de referência a vários grupos de ativistas negros no Brasil.

No entanto, assim como aconteceu com os povos sudaneses de Gana, Mali e Songai, também entre os bantos houve outros povos além do Congo e Ndongo que exerceram singular importância no mundo africano, dentre os quais os xonas, os zulus e o Império do Monomotapa. Também esses tiveram suas estruturas abaladas com a chegada dos europeus e, conseqüentemente, sofreram os malefícios ocasionados pelo tráfico transatlântico, o qual modificou as estruturas e o desenvolvimento dos povos africanos.

Salvo melhor juízo, os povos bantos foram aqueles que mais tiveram contato com o tráfico negreiro. Entretanto, tanto bantos quanto sudaneses foram vítimas do maior holocausto da história mundial. Segundo Walter Rodney (1975), a cifra de pessoas vítimas do tráfico di-

reto ou indireto beira os 100 milhões de indivíduos. Isso acarretou uma estagnação populacional no continente em relação ao crescimento populacional da Europa e da Ásia, conforme se pode ver no quadro abaixo:

Evolução da População Continental,
em Milhões de Habitantes

CONTINENTE	1650	1750	1850	1900
África	100	100	100	120
Europa	103	144	274	423
Ásia	257	437	656	857

O tráfico internacional de escravos mudou, sem dúvida alguma, a história do continente negro, o que torna impossível analisar a atual situação dos africanos e seus descendentes sem levar em conta a diáspora dos povos negros.

Referências

CACCIATORE, Olga Gudolle. *Dicionário de cultos afro-brasileiros*. 3ª ed. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 1988.

COSTA E SILVA, Alberto da. *A enxada e a lança: a África antes dos portugueses*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira; São Paulo: Edusp, 1992.

DAVISON, Basil. *A descoberta do passado de África*. Lisboa: Sá da Costa Editora, 1996.

HERNANDEZ, Leila Leite. *A África na sala de aula*. São Paulo: Selo Negro Edições, 2005.

KI-ZERBO, Joseph. *História da África Negra*. Mem Martins: Publicações Europa-América, s.d.

MAESTRI, Mário. *História da África negra pré-colonial*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1988.

MUNANGA, Kabengele (Org). *Superando o racismo na escola*. Brasília: MEC/Secretaria de Educação Fundamental, 2000.

RODNEY, Walter. *Como a Europa subdesenvolveu a África*. Lisboa: Seara Nova, 1975.